



EXAME DE ORDEM 02/2005

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

TURNO MANHÃ

QUESTÕES PRÁTICAS

Área de Opção: Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Instruções

1. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.

Observação: Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: _____

Assinatura: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: _____

QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01. João da Silva foi contratado em São Leopoldo-RS, local em que residia, para trabalhar na Sapataria Marques Ltda., empresa que tinha sede naquela cidade e filial em Porto Alegre-RS. Despedido, ajuizou reclamatória trabalhista em Porto Alegre, cidade onde prestava exclusivamente seus serviços durante a contratualidade, postulando diversos direitos. Na audiência aprazada para apresentação da defesa, a reclamada não levou sua contestação por escrito, apresentando apenas exceção de incompetência, sob a alegação de que a ação deveria tramitar em São Leopoldo, local da contratação. O Juiz, após dar a palavra ao procurador do reclamante, que renunciou ao prazo para contestar a exceção manifestando-se no ato, decidiu de plano a questão, afastando a exceção e confirmando a competência da Vara de Porto Alegre.

Tendo em vista tais circunstâncias, responda, justificadamente:

- a) foi correta a decisão do Juiz? Em que cidade deve tramitar a ação? **(até 4 pontos)**
- b) na hipótese de improcedência da exceção de incompetência, qual a consequência jurídica em relação à defesa da reclamada e que atitude deve tomar o procurador para resguardar os direitos de sua cliente? **(até 6 pontos)**

Questão 02. Os ferramenteiros do Município de Xislândia (em torno de 3.000 trabalhadores) eram representados pelo Sindicato dos Funileiros, Soldadores, Torneiros e Auxiliares de Siderurgia de Xislândia. No ano de 2005, 420 trabalhadores reuniram-se em assembléia geral (legalmente convocada) e decidiram criar o Sindicato dos Ferramenteiros de Xislândia.

O pedido de registro da entidade criada, acompanhado de todos os documentos necessários, foi encaminhado ao Ministério do Trabalho. Protocolizado e publicado no Diário Oficial da União, foi o requerimento impugnado pela Federação Estadual da Categoria Profissional e pelo Sindicato dos Funileiros, Soldadores, Torneiros e Auxiliares de Siderurgia de Xislândia, sob as alegações de que apenas os ferramenteiros foram convocados para a assembléia geral e de que, além disso, o *quorum* não permitia a criação da entidade.

Apesar da impugnação, o registro foi efetuado.

Com base nestas informações, responda:

- a) qual a medida cabível para atacar o ato de registro do Ministério do Trabalho? **(até 3 pontos)**
- b) quem tem legitimidade para propor a medida cabível? **(até 3 pontos)**
- c) perante que órgão a medida pode ser proposta? **(até 4 pontos)**

Questão 03. O advogado da reclamada entende ser o Juiz Titular da Vara do Trabalho de Pirópolis suspeito para atuar na reclamação trabalhista ajuizada em janeiro de 2005, posto ser conhecedor, há alguns anos, de que o Juiz possui amizade íntima com o reclamante.

Diante desta situação, responda, de forma fundamentada:

- a) qual a medida processual a ser invocada no caso? **(até 5 pontos)**
- b) pode o advogado da reclamada suscitar a referida medida processual na segunda audiência, designada para instrução do feito? **(até 5 pontos)**

(SEGUE NO FINAL DO CADERNO)

Questão 04. Em uma ação individual plúrima, não foi atribuído valor à causa. O Juiz do Trabalho, antes de passar à instrução processual, fixou o valor em R\$ 710,00. O advogado da reclamada apresentou sua contrariedade ao valor fixado e, ao término da instrução, em razões finais, reiterou sua impugnação, tendo o Juiz mantido sua decisão.

Com base nestas informações, responda:

- a) em ação individual plúrima, qual o critério utilizado para se atribuir valor à causa? **(até 3 pontos)**
- b) existe alguma medida processual a ser adotada pelo advogado da reclamada, antes de ser proferida a sentença, diante da determinação do Juiz de manter o valor da causa? **(até 4 pontos)**
- c) existe consequência processual-legal relevante resultante do fato de ter sido fixado o valor da causa em R\$ 710,00? **(até 3 pontos)**

Questão 05. Iniciada a audiência, em processo que tramita pelo rito sumaríssimo, você, como procurador do reclamante, requer a oitiva das duas testemunhas que arrolou. A primeira testemunha é contraditada sob o argumento de que possui reclamatória trabalhista contra a mesma empresa, versando sobre o mesmo objeto. A testemunha confirma a existência da ação e informa ainda não ter ocorrido a audiência de instrução. O Juiz acolhe a contradita e indefere a oitiva da testemunha.

- a) Responda: foi correta a atitude do Juiz? Que iniciativa você deve tomar para resguardar o direito do seu cliente? **(até 4 pontos)**

A segunda testemunha arrolada também teve seu depoimento indeferido, devido à inimizade capital que confessou ter com o sócio-gerente da reclamada, tendo chegado com ele, em certa ocasião, às vias de fato.

- b) Responda: em face do indeferimento da oitiva de suas duas testemunhas e da presença de uma terceira pessoa, que tinha conhecimento dos fatos discutidos na demanda e que compareceu espontaneamente, é possível ouvi-la como testemunha? **(até 6 pontos)**

Observação: Conforme o artigo 19 do regulamento do Exame de Ordem 02/2005, na correção da prova prático-profissional serão atribuídos graus individuais, em números inteiros de 0 (zero) a 10 (dez), a cada questão prática e à peça processual. As questões práticas corresponderão ao peso de 60% (sessenta por cento) e a peça processual corresponderá a 40% (quarenta por cento) da prova. A média aritmética dos graus conferidos às questões práticas será multiplicada por 0,6 (zero vírgula seis) e o grau atribuído à peça processual será multiplicado por 0,4 (zero vírgula quatro), de acordo com a ponderação respectiva de cada parte da prova. O grau final da prova será igual ao somatório da média ponderada das questões práticas com a nota ponderada da peça processual.